

O BRASIL NÃO É A EUROPA DO HOLOCAUSTO:

K. Relato de uma busca e uma nova perspectiva do Brasil durante a ditadura militar

Brazil is not Europe of the holocaust: *K. Relato de uma busca* and a new perspective of Brazil during the military dictatorship

Thaís Sant'Anna Marcondes¹

Artigo recebido em: 22/03/2020.

Artigo aceito em: 28/06/2020.

RESUMO

A proposta deste trabalho é estudar o livro *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, levando em consideração a construção espacial do Brasil ditatorial pela narrativa. Interessa-nos observar os aspectos do livro que nos remetem ao universo labiríntico de Kafka, em *O processo*; a caracterização dos espaços marcados pela repressão; e o olhar crítico de estranhamento de um estrangeiro sobre a ditadura militar no Brasil. Para isso, recorreremos à definição de não-lugar desenvolvida por Augé (2009), a fim de pensar de que forma a ficção de Kucinski caracteriza alguns espaços da estrutura repressiva como locais de passagem, que não criam identidade nem relações, mas tensão solitária; locais onde o indivíduo precisa estar sempre provando sua inocência.

PALAVRAS-CHAVE: Kucinski; Kafka; Ditadura.

ABSTRACT

The purpose of this work is to study the book *K. Relato de uma busca*, by Bernardo Kucinski, taking into account the spatial construction of dictatorial Brazil through narrative. We are interested in observing the aspects of the book that take us back to Kafka's labyrinthine universe in *O processo*; the characterization of spaces marked by repression; and the critical look of a foreigner's strangeness on the military dictatorship in Brazil. For this, we will refer to the definition of non-place developed by Augé (2009), in order to think about how Kucinski's fiction characterizes some spaces of the repressive structure as places of passage, which do not create identity or relationships, but solitary tension; places where the person must always be proving his innocence.

KEYWORDS: Kucinski; Kafka; Dictatorship.

¹ Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do grupo de pesquisa Nação-Narração, coordenado pela professora Dr^a. Lucia Helena
<http://lattes.cnpq.br/6097224456269813> thaissantannamarcondes@gmail.com

1. Introdução

Alfredo Bosi, em “Memória e memorial: Frei Betto, *Batismo de sangue*”, discutia sobre a tendência literária do testemunho comum à fase pós-ditatorial, e que consistia na exploração da realidade vivida, fruto de uma necessidade por parte dos militantes de esquerda de retomar a história dolorosa da ditadura para oferecer aos jovens leitores a narrativa dos sonhos frustrados de uma geração. Diz Bosi (2015):

A memória não é pura passividade, não é mera recepção do que nos traz o mundo. É um regaço generoso onde se concebe o fruto da lembrança, que virá a ser, *um dia*, a voz de um passado ainda vivo. Parece que esse dia chegou ou vem chegando. Já há alguns anos sobreveio à cultura brasileira um tempo de lembrar, intenso e polifônico, cujas melodias se cruzam em nossos ouvidos mesclando tons e passagens e impondo à percepção do ouvinte a *forma de uma História* bem mais rica e contraditória do que suspeitavam as nossas vãs ideologias. (BOSI, 2015, p. 335)

Devido à escassez de registros sobre o que realmente acontecia nos porões sombrios da repressão, a memória coletiva dos brasileiros acabou arquivando o período da ditadura militar como um tempo fragmentado. Sabemos que houve torturas, sequestros, mortes, etc. Mas, é impossível que saibamos a real proporção dessa história trágica, graças a estratégias de silenciamento e acobertamento. Com a abertura política, que se esboçava por volta de 1976, alguns escritores tinham consciência de que era necessário empenho para trazer a luz um passado recente que corria o risco de ser esquecido. Como apontou Bosi, as melodias polifônicas que contam a história do regime militar na literatura nos forçam a desfazer a relação aparentemente natural entre a verdade e o discurso oficial. A partir desta perspectiva, compreendendo que a memória não é pura passividade, é possível conceber as obras literárias que tratam do regime militar como um veículo propício para desenvolver um trabalho ativo de memória, para fazer ouvir a voz desse passado que continua correndo o risco de ser esquecido.

Passado esse momento em que os romances sobre o período ditatorial traziam o testemunho do que foi vivido por escritores que pretendiam dar sentido à

sobrevivência pós-traumática, o tempo de lembrar não se esgotou. Eurídice Figueiredo entende que a criação da Comissão da Verdade, em 2011, e o aniversário de 50 anos do golpe, em 2014, marcaram uma época com grande número de publicações literárias sobre o regime militar com teor testemunhal, mas que se diferenciam dos anos anteriores porque desta vez as vozes narrativas são dos filhos ou netos dos que viveram a ditadura. “A qualidade de boa parte da produção do período revela que se operou a decantação necessária para que a experiência traumática pudesse se transformar em objeto estético.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 87). Um dos livros desse período que merece destaque é o objeto de estudo desse trabalho: *K. – Relato de uma busca*, de B. Kucinski. Publicado em 2011, o livro traz a história do desaparecimento de uma professora de química da USP durante a ditadura. Em meio a tantas tristes histórias recuperadas pela Comissão da Verdade, a obra sai da esfera pública e elege o ambiente familiar para ficcionalizar a saga de um pai, K., em busca da filha.

É importante ressaltar que a história pessoal de B. Kucinski mescla-se ao relato da história da ditadura brasileira. O autor fez parte da militância estudantil durante o regime militar, foi preso e exilado após participar do mapeamento da tortura no Brasil, em duas reportagens publicadas na revista *Veja*. Além disso, Ana Rosa Kucinski, sua irmã, e Wilson Silva, seu cunhado, desapareceram por obra da repressão militar. O vínculo com a lembrança familiar e testemunhal parece ser o ponto de partida para chegar a um assunto difuso na memória coletiva dos brasileiros: a violência e as arbitrariedades da ditadura e da tendência ao autoritarismo que se repete desde o Brasil colonial em nossa sociedade e nos vínculos com o poder.

Consideremos, no entanto, que *K. – Relato de uma busca* não é vestígio da literatura autobiográfica da década de 1970 mais profundamente marcada pelo memorialismo, pelo tom confessional. O livro de Kucinski constrói como ficcional a história das lacunas da trajetória do poder no Brasil. Pensando no que poderia ter acontecido à moça desaparecida, pensa-se também no que deve ter acontecido em

um plano de fundo mais geral, a nível nacional, tendo em vista que foi uma época marcada pelo silêncio violentamente forçado. Assim, no livro, realidade não se opõe à ficção. Esta serve para preencher os vazios deixados pela ditadura. E se, por conta da impunidade instaurada e perpetuada, a sociedade que carrega as marcas dos traumas resultantes do regime militar não pode fazer nada, tem, ao menos, a obrigação de não esquecer.

O personagem K. se encontra numa situação-limite: é preciso procurar a filha comunista que desapareceu sem deixar vestígios e, ao mesmo tempo, lidar com a culpa que atribui sobre si mesmo pelo desconhecimento da vida pessoal da moça. No livro, a sociedade está inserida em um sistema cruel com suas exclusões – como é o caso da moça desaparecida – e um personagem se vê só e impotente no meio de tantos “outros”. Isto é, não é apenas mais uma obra que, por causa da intensa discussão sobre o assunto, recupera o tema da ditadura através de testemunhos. O leitor está diante de uma profunda reflexão narrativa sobre o tratamento dos brasileiros em relação a este momento histórico obscuro, e percorre, junto a K., com coragem e muita angústia, caminhos tortuosos e sem direção, não só em busca da filha do personagem, como também em muitas outras buscas deslizantes, confluindo, aí também, o material histórico da memória cultural e o material subjetivo de investigação do autor e do processo de subjetivação tratado pela ficção.

O autor faz uma espécie de uso estético e lúdico dos testemunhos de quem vivenciou a época. Seu objetivo não é descrever as situações vividas, nem denunciar algo, papel que cabe ao documento e ao testemunho em si desempenharem. À literatura cabe o dever de mostrar a cegueira – neste caso, uma cegueira coletiva. Além de travar sua busca pela filha sem direção e sem resultados, K. sente o peso da culpa cair sobre si, já que, por estar imerso em seus afazeres intelectuais, desconhecia uma parte da vida da moça. Há, portanto, uma dupla cegueira: a que impede o personagem de conhecer sua filha e a que impede todos nós de saber o que se passou durante o período.

A verdade buscada é, na verdade, um discurso híbrido em que realidade e ficção se mesclam num caleidoscópio de vozes que tentam recordar a história, mas que nunca conseguem em sua totalidade. O resultado é a fragmentação, característica recorrente no modo de narrar da literatura contemporânea. O livro é composto por 29 capítulos curtos que, aos poucos, vai alternando o foco narrativo e apresentando a trajetória de K. e as engrenagens do sistema ditatorial. Há também uma mescla de gêneros: carta, relatos em 1ª pessoa datados, informes, transcrição de uma sessão de terapia e de uma conversa da amante do Fleury, etc. Isso tudo contribui para a tentativa de recompor a memória no seu principal caráter: a fragmentação.

O objetivo do presente trabalho é, em um primeiro momento, traçar uma análise comparativa entre a experiência desoladora do personagem principal do livro de Kucinski, K., e o destino de um personagem crucial na literatura de Kafka: Josef K., personagem de *O processo*. Além disso, pretende-se também pensar como se formam os espaços de repressão ao longo da obra de Kucinski, caracterizados como não-lugares, onde o horror habita. Por fim, objetiva-se também observar de que forma o Brasil da ditadura é apresentado no decorrer da trajetória de K.: de lugar fascinante que o acolheu durante um período de terror a sorvedouro de pessoas.

2. K., de Kafka

O título do primeiro romance de B. Kucinski nos remete a um dos escritores mais influentes do século XX, Franz Kafka. Isso se deve porque K. – personagem principal do romance de B. Kucinski – é também o sobrenome de dois personagens centrais na literatura kafkiana: K. está presente em *O castelo* e em *O processo*. Este último, em especial, nos insere em um universo labiríntico semelhante ao que acontece em *K. Relato de uma busca*. Perdido e sem direção em sua busca incessante, K. é enganado diversas vezes, segue pistas falsas e se depara com uma burocracia invencível. A exemplo de Josef K. que busca compreender o que o

aprisiona, o pai da desaparecida política busca entender o que possivelmente a aprisionou e por quê. No labirinto dos crimes cometidos e omitidos pelo governo autoritário brasileiro, o livro apresenta um cenário em que, a cada passo, o personagem principal parece ficar mais distante de respostas, esclarecimentos, informações úteis e verdadeiras, o que o leva a um quadro agudo de angústia e inconformismo. Nem em *O processo*, nem em *K. Relato de uma busca*, há explicações sobre como a justiça que persegue Josef. K ou sobre como o governo brasileiro que perseguiu militantes de esquerda realmente funcionam, apesar de parecer que todos em volta estão estranhamente conformados com suas arbitrariedades.

As referências às situações vividas pelo personagem de Kafka não serão tomadas aqui como influências no texto de Kucinski. *O processo* não é a fonte, a “estrela intangível e pura” (SANTIAGO, 2000, p. 18) que contamina o livro. Ele é a parte invisível, sobre a qual outra escritura se faz. O Kucinski leitor de Kafka se debruça sobre a obra para tirar dela novos significados, para preenchê-la com outros referenciais de contexto. O texto mostra seu valor justamente no diálogo e na diferença. Kucinski é leitor de Kafka e o reinsere na estrutura burocrática social da ditadura brasileira. Sobre isso, é importante atentar para as palavras de Santiago (2000):

O segundo texto se organiza a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira sobre o primeiro texto, e o leitor, transformado em autor, tenta surpreender o modelo original em suas limitações, suas fraquezas, em suas lacunas, desarticula-o e o rearticula de acordo com suas intenções, segundo sua própria direção ideológica, sua visão do tema apresentado de início pelo original. O escritor trabalha sobre outro texto e quase nunca exagera o papel que a realidade que o cerca pode representar em sua obra. [...] (SANTIAGO, 2000, p. 20)

O que se busca, neste momento do trabalho, não é analisar a influência nem os débitos de um escritor a outro, nem esgotar o debate sobre o diálogo que uma obra trava com a outra. A pretensão é, tomando como base a reflexão anteriormente exposta de Santiago, mostrar de que forma Kucinski trabalha sobre o outro texto, esse referencial invisível, e analisar como a visão do livro de Kucinski sobre o espaço repressivo do Brasil é tecida com a leitura de *O processo*, de Kafka. Em um

ambiente consumido pela banalidade do dia-a-dia, K. se depara com um Brasil transfigurado. E a visão desse país, aparentemente tranquilo, refúgio de um fugitivo político, é permeada pelo tom kafkiano que trabalha nos limites do irreal e que vai consumindo seus personagens.

Em um dia, pela manhã, Josef K. recebe a notícia de que está sob a ameaça de um processo, cujo motivo lhe escapa, e está detido. Da mesma forma, um dia, pela manhã, K. acorda sentindo a angústia de quem não tem motivos para não ter notícias da filha há dez dias, não conseguir entrar em contato com ela. É a partir desses acontecimentos que começam duas sagas em busca de pistas para desfechos inconclusos.

O primeiro ponto de contato importante entre as duas obras em questão é o narrador. Ambos em terceira pessoa, os narradores iniciam a história de forma solta, fora de contexto: “Alguém certamente havia caluniado Josef K. pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum. [...]” (KAFKA, 2005, p. 07); “A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo. Há dez dias a filha não telefona. [...]” (KUCINSKI, 2014, p.13). São inícios bruscos, que antecipam a fragmentação dos episódios que serão narrados. A ausência de conhecimento do que aconteceu com Ana e com o processo de Josef K. é compartilhada entre os personagens e os narradores. Sobre este aspecto em *O processo*, Almeida (1994) comenta:

Em Kafka o sentido é posto em questão a partir do momento em que o narrador passa a compartilhar com os personagens uma experiência alienada do mundo. Ou seja, ele é incapaz de expor onscientemente o acontecimento narrado. Seu ponto de vista retrata uma situação onde não existe uma instância externa totalizante capaz de impor algo como um sentido unívoco à realidade. [...] (ALMEIDA, 1994, p. 49)

Em *K. – Relato de uma busca*, os episódios que são narrados em terceira pessoa apresentam ao leitor um narrador que, como grande parte da sociedade, desconhece a total verdade sobre as crueldades cometidas na história da ditadura brasileira e que relata a busca de um personagem que tampouco compreende a

estrutura repressiva que sumiu com sua filha. Da mesma forma que Almeida aponta em Kafka, o narrador da ficção de Kucinski também compartilha uma experiência alienada do mundo.

Tentando encontrar razões em meio a um desaparecimento irracional, como Josef K. tentou ao saber de um processo que o apontava como culpado e sobre o qual desconhecia o motivo, K. começa a ter conhecimento da falsidade que permeia a pacata rotina dos brasileiros:

Passou a listar hipóteses. [...] A pior era a prisão pelos serviços secretos. O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso. Sua única fresta é a corrupção. Mas às vezes até essa se fecha por razões superiores. E então o Estado se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível. [...]
[...] E o que ele ia fazer? Nada. Nas prisões de motivação política, os tribunais estavam proibidos de aceitar pedidos de habeas corpus. Não há nada que um advogado possa fazer. Nada. Esta é a situação. (KUCINSKI, 2014, ps. 16-17)

Ao buscar alguma lógica plausível para os fatos que desordenaram a vida da filha, a rotina do personagem é quebrada. Observamos a perturbação de K. diante do labirinto que se forma e as reflexões que ele traça sobre a impossibilidade de alcançar o Estado opaco, perverso e inatingível. Ao cogitar a hipótese da prisão, além de se mostrar consciente de que será impossível obter uma explicação para sua tragédia pessoal, o personagem também sabe que não haveria como fazer nada, dadas as circunstâncias de um governo repressor que extinguiu direitos civis.

Antes do desaparecimento da filha, o personagem não prestava atenção às mudanças políticas no Brasil, à estrutura repressiva que se formava em silêncio. O labirinto à brasileira que está prestes a percorrer carregando seu peso de culpa vai expor aos leitores que a busca por motivos, por razão, como acontece também no labirinto kafkiano, é inútil frente à violência arbitrária do regime ditatorial. É como se o sumiço da moça despertasse novamente em K. aquilo que é comum no estrangeiro, mas que havia desaparecido nele por conta do longo tempo que já passava em terras brasileiras: o deslocamento, a “sensação de não estar de todo” (SÜSSEKIND, 1990, p. 21).

Além do mundo que se vê e nos acalma com seus bons-dias boas-tardes, como vai tudo bem, há um outro que não se deixa ver, um mundo de obscenidades e vilanias. É nele que vicejam os informantes. Não fosse o sequestro da filha, K. nunca teria percebido esse mundo tão perto de si. (KUCINSKI, 2014, p. 29).

A não-aceitação da situação de desaparecimento da filha faz com que K. consiga enxergar uma estrutura social invisível, não mais marcada pela rotineira normalidade dos bons-dias, boas-tardes, como vai tudo bem, e sim um mundo cruel onde informantes do governo estão à espreita, próximos de todos.

A partir desse acontecimento trágico em sua vida – o desaparecimento da filha – K., passa a perceber o Brasil de outra forma. Como dito, há um redespertar do estranhamento de hábitos que é típico do estrangeiro. E sobre isso, a narrativa de Kafka também se caracteriza por chamar a atenção para um estranhamento do banal, do cotidiano:

Milhares de vezes o homem de nossos dias esbarra em aparelhos cuja condição lhe é desconhecida e com os quais só pode manter relações “alienantes”, uma vez que a vinculação deles com o sistema de necessidades dos homens é infinitamente mediada: pois “estranhamento” não é um truque do filósofo ou do escritor Kafka, mas um fenômeno do mundo moderno – só que o estranhamento, na vida cotidiana, é encoberto pelo hábito oco. Kafka revela, através da sua técnica de estranhamento, o estranhamento encoberto da vida cotidiana – e dessa maneira é outra vez realista. (ANDERS, 1993, ps. 17-18)

Josef K. se vê inserido numa sociedade que se mantém igual ao período anterior à sua acusação. Mas a acusação que parece não ter substância faz com que o personagem se espante diante da normalidade apresentada.

Na ficção de Kucinski, no capítulo “Carta a uma amiga”, o ponto de vista narrativo é o da própria moça desaparecida. Ela fala sobre as atitudes dos brasileiros durante o período ditatorial antes da data de seu desaparecimento. Mais uma vez, é possível encontrar uma leitura de Kafka latente na obra, já que há um clima tenso por não se saber, de fato, o que estava acontecendo. “[...] Tem alguma coisa muito errada e feia acontecendo, mas não consigo definir o que é. [...] Uma tensão insuportável e sem nenhuma perspectiva de nada. Já nem sei onde está a verdade e

onde está a mentira. [...] (KUCINSKI, 2014, p. 49)”. Como acontece com Josef K., a não ciência e a incoerência dos acontecimentos que surgem tornam-se a nova rotina dos personagens.

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito aos personagens que, nos romances, cumprem ordens, colaborando, sem conhecer a totalidade dos fatos, com a violência de sistemas repressivos. Em *O processo*, os guardas que vão até a casa de Josef K. para prendê-lo afirmam nada saberem sobre os motivos pelos quais estão ali. Apenas cumprem ordens.

[...] O que quer, afinal? Quer acabar logo com seu longo e maldito processo discutindo conosco, guardas, sobre identidade e ordem de detenção? Somos funcionários subalternos que mal conhecem um documento de identidade e que não têm outra coisa a ver com o seu caso a não ser vigiá-lo dez horas por dia, sendo pagos para isso. É tudo o que somos, [...] (KAFKA, 2005, p. 12)

No livro de Kucinski, é possível observar algo muito semelhante no capítulo “A cadela”, em que um narrador em primeira pessoa (subordinado do Fleury) relata que sumiu com uma moça – supostamente a filha de K. – e seu marido, como o chefe havia mandado, mas que não sabia o que fazer com a cadela deles. Ele mostra, em sua fala, vestígios de uma “memória manipulada”² (RICOEUR, 2007, p. 95) nas ideias passadas pela história oficial de que os subversivos eram todos terroristas, eram um mal que precisava ser exterminado. O personagem se questiona como seria possível dois terroristas cuidarem de uma cadela. Apesar de apenas cumprir ordens superiores, há uma possível reflexão, um questionamento pertinente, sobre a estrutura do sistema para o qual ele trabalha sem tomar conhecimento dos motivos de todos os desaparecimentos e assassinatos, de toda a crueldade que comete:

² Ricoeur observa que o “fenômeno da ideologia” pode ser dividido em três níveis operatórios: “de distorção da realidade, de legitimação do sistema de poder e de integração do mundo comum” (RICOEUR, 2007, p. 95). A memória *manipulada* se dá, principalmente, nas relações de poder pelo fenômeno ideológico, em função da manutenção da identidade individual e coletiva, e está presente nas modificações feitas nas narrativas do passado pelos regimes autoritários, sendo celebrada como a “história oficial”.

[...] não entendo o que dois terroristas faziam com uma cachorrinha assim, vai ver não eram terroristas coisa nenhuma, não combina [...]. o pior foi ontem, quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de desumano, de covarde, que quem maltrata cachorro é covarde, quase falei pra ele: e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe, que já estão presos, e ainda esquarteja, some com os pedaços, não deixa nada, é o quê? [...] (KUCISNKI, 2014, ps. 64-65)

Enquanto os guardas, em Kafka, se reconhecem como simples funcionários subalternos que seguem a ordem de vigiar Josef K. durante o tempo pelo qual são pagos; na ficção de Kucinski, o funcionário subordinado ao Fleury cumpre suas ordens, mas constrói reflexões sobre elas, julga-as, a ponto de discordar sobre o fato de seu patrão considerar como terrorista um casal que possuía uma cachorrinha.

Por fim, o penúltimo capítulo de *K. – Relato de uma busca*, intitulado “Mensagem ao companheiro Klemente”, põe em questão a violência de um sistema opaco, observada também na obra de Kafka, porém, no livro brasileiro, com um ponto de vista distinto. Nesse capítulo em primeira pessoa, o personagem Rodriguez narra a alienação e a irracionalidade dos atos dos próprios companheiros militantes de esquerda.

Está mais do que na hora de reavaliar tudo. O Velho não dizia sempre que não basta saber quem é o inimigo, é preciso saber também qual é o objetivo? [...]

[...] Tínhamos que ter analisado; feito a autocrítica, reconhecido que estávamos isolados. Talvez ainda desse para preservar muitas vidas. Em vez disso, decidimos lutar até o fim, mesmo que não desse em nada. Ali começou a insanidade. [...] No fundo, entramos no jogo da ditadura de nos liquidar a todos. [...]

O que mais me impressiona hoje é a nossa perda gradativa da noção de totalidade, não ver o todo. [...] Ficamos cegos; totalmente alienados da realidade [...]. (KUCINSKI, 2014, ps. 176, 177-178)

O narrador lista as faltas e os erros da organização e aponta a visão fragmentária da realidade como a culpada pela alienação dos membros da resistência. Os militantes de esquerda, após tantas feridas políticas, após o dilaceramento do grupo e da morte de seus líderes, não viam mais sentido em sua resistência ao governo. As prisões mentais às quais ficaram sujeitos por conta da

repressão foram capazes de fazer os sobreviventes perderem o entendimento geral da situação política brasileira da época.

Remetendo-nos aos métodos arbitrários utilizados pela justiça em *O processo* para julgar Josef K., a profunda reflexão do personagem Rodriguez acaba por mostrar ao leitor que, numa inversão de papéis, os militantes esquerdistas acabaram sendo consumidos e se reapropriaram dos métodos do sistema ditatorial:

Foi você o principal participante da reunião que decidiu pelo justicamento do Márcio por suspeita de que ele era o traidor. [...] Foi executado para dar um recado, quem vacilar vai ser julgado como traidor. Ele não havia cometido crime algum. [...] Condenaram pela sua intenção de sair. [...]
[...] Vocês condenaram sem prova, sem crime tipificado. Incorporaram o método da ditadura [...] Aí, o recado era que quem abre, mesmo sob tortura, é um traidor. Como se fosse possível julgar quem foi torturado. [...] Incorporaram o método do terror da própria ditadura. (KUCINSKI, 2014, ps. 179-180)

O sistema de julgamento do grupo de militantes que decidiu pela injustificada execução do Márcio pode ser tão perverso quanto o sistema ditatorial brasileiro, e tão arbitrário quanto o sistema que condenou Josef K.

De acordo com Carone (2005), uma das possíveis interpretações do livro *O processo* é que ele seria uma “profecia do terror nazista, em que a detenção imotivada, os comandos de espancamento, as decisões incontrastáveis das esferas de poder e o assassinio brutal faziam parte do cotidiano” (CARONE, 2005, p. 263). Diferentemente, o livro de Kucinski não é profecia, tampouco deve ser entendido testemunho do que se passou. Mas essas marcas cruéis do período em que Kafka escreveu seu livro também se fazem presentes em *K. – Relato de uma busca*. Subjugados por algo que lhes escapa, os dois K. vivenciam experiências desumanas num mundo de burocratização e irrealidade.

3. K., de Kucinski

O foco do livro de Kucinski é relatar a trajetória de K. em busca do

paradeiro da filha desaparecida. Porém, se faz essencial expor o limbo dos não-lugares em que a moça esteve por saber-se perseguida política e posteriormente por ter sido capturada, para entender como os espaços de repressão estão presentes na narrativa. Diferentemente do que caracteriza um lugar propriamente dito, um espaço de partilha, residência e interação, para Augé (2009), o não-lugar seria um espaço de passagem que não cria identidade singular nem relações, mas solidão e semelhança, onde o usuário precisa estar sempre provando sua inocência. É um espaço de ninguém, marcado pela efemeridade e transitoriedade: “Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se como identitário, nem como relacional nem como histórico, definirá um não-lugar.” (AUGÉ, 2009, p. 67). A narrativa de Kucinski vai apresentar os espaços da estrutura repressiva caracterizados como não-lugares que agem sobre os personagens de forma amedrontadora e traumática.

O primeiro capítulo não insere o pai da desaparecida política como personagem central, pois quem narra este capítulo é o irmão da moça. E, ao mencionar os possíveis esconderijos dela, os vários endereços que, posteriormente, ele descobriu que possuía para tentar ludibriar o regime, os contrapõe a sua antiga casa, lugar de memória para ele e toda a sua família. Ao esconder-se nesses endereços secretos, a moça não buscava um espaço para habitar, permanecer e elaborar histórias de vida, esses não-lugares isolavam, escondiam, eram transitórios e não poderiam apontar para uma identidade: “De fato, não eram lares, lugares de criar filhos e receber amigos; eram antimoradas, catacumbas de se enfiar por meses [...]” (KUCINSKI, 2014, p. 10). A casa do narrador, repleta de memória afetiva é o perfeito oposto às casas da irmã, às “antimoradas”, essas ocupações provisórias, prometidas à individualidade solitária.

No capítulo “Carta a uma amiga”, também não é o pai o personagem central, já que é a própria desaparecida, em carta pessoal, quem faz referência a um dos não-lugares em que estava se escondendo com o marido e a seus deslocamentos para outros não-lugares: “Mal tenho saído da minha toca. Eu que gosto de cinema

virei uma reclusa. [...] Quando tem feriado prolongado vamos para bem longe, fora de São Paulo, onde ninguém nos conheça.” (KUCINSKI, 2014, p. 47). Os espaços parecem tão ameaçadores que a moça relata ter medo até de passear com a cadela pelas ruas da cidade. O interior da casa-esconderijo torna-se lugar de refúgio e se opõe ao exterior, à cidade-perigo.

Outro exemplo de não-lugar presente na obra é a Casa da Morte sobre a qual teremos conhecimento pela voz de Jesuína, empregada desse espaço para onde levavam os presos políticos para serem torturados e assassinados. A personagem Jesuína sofria alucinações por conta das cenas de tortura. O relato de Jesuína no livro é feito através de pedaços de uma sessão de terapia psicológica. É possível observar que ter presenciado ocorrências de tortura criou um trauma psíquico nela – um sujeito que se viu afetado por essa violência de forma indireta. Em alguns momentos, ela não responde às perguntas da terapeuta, evitando lembrar, reencontrar o passado, as cenas traumáticas pela dor insuportável que se associa à rememoração deles. É difícil para a moça conciliar o empenho da memória em reencontrar as atrocidades que foram vistas com a resistência ao horror. São lembranças indizíveis, de comunicação impossível, neutralizadas por um silêncio asfixiante. A casa da morte na narrativa é um espaço de horror, por onde os presos passavam, eram torturados, precisavam se dilacerar física e psicologicamente para que a tortura acabasse, um espaço de ninguém, marcado pela efemeridade e transitoriedade, outro não-lugar por onde a filha de K. vai passar: “Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue.” (KUCINSKI, 2014, p. 132).

Não possuindo ainda nenhuma consciência desses não-lugares, depois de um tempo sem receber nenhum telefonema da filha, o personagem principal K. se desloca por outros espaços em busca de qualquer informação. A trajetória de K. apresenta ao leitor um mapeamento de lugares ameaçadores, perigosos, cheios de

mistérios e silêncios, que representam na ficção de Kucinski os espaços tomados pelo temido regime militar.

O primeiro local a ser buscado pelo pai é a universidade em que a filha trabalha. As amigas conversam com K. e o lugar parece hostil, as paredes parecem ter ouvidos, serem perigosas. A academia passa a ser um ambiente perigoso que está tomado por gente estranha e desconhecida que observa as outras pessoas:

Ela não veio hoje, disseram as amigas. Hesitantes, olhavam de soslaio umas para as outras. Depois, como se temessem a indiscrição das paredes, puxaram K. para conversar no jardim. [...] Insatisfeito, agitado, K. queria ouvir outras pessoas – quem sabe os superiores da filha tinham alguma informação? [...] As amigas alarmaram-se. Não faça isso. Por enquanto, não. Para dissuadi-lo, moderaram a fala, pode ser que ela tenha viajado, se afastado por alguns dias por precaução. Desconhecidos andaram perguntando por ela, sabe? Há gente estranha no campus. Anotam chapas de carros. Eles estão dentro da reitoria. Eles quem? Não souberam responder. (KUCINSKI, 2014, ps. 15- 16)

O que antes era um ambiente seguro, onde a filha trabalhava, agora parece ser um local ameaçador, a ponto de a filha precisar viajar, se afastar dali por precaução.

Além da universidade, ele percorre também o endereço que a filha deu para procurá-la em casos de emergência – um possível esconderijo –, a delegacia de desaparecidos, o IML, e a Cúria Metropolitana na reunião de familiares dos desaparecidos políticos. A esta altura, o personagem já está ciente de que a filha se envolveu com política e, por causa do sistema repressivo, estava sumida. Porém, ainda havia a esperança de encontrá-la viva.

Em seguida, o personagem se desloca pelo comércio de seu bairro em busca de informantes. Constata que muitas pessoas de seu convívio, como o decorador de suas próprias vitrines, o dono da padaria e o dono da farmácia, trabalhavam como informantes para o governo ditatorial. Os espaços comuns por onde K. passava diariamente estavam repletos de pessoas que observavam as outras e transmitiam informações importantes para o governo, ao mesmo tempo em que eram fundamentais para o funcionamento do comércio do bairro. E vai ser através

dessas pessoas que K. vai descobrir que sua filha havia sido presa. Desesperado, o pai vai continuar buscando pessoas a seu redor que pudessem trazer mais informações sobre a prisão da filha, na esperança de que ele fosse capaz de reencontrá-la. Nessa busca, o personagem vai perceber que o ambiente repressor não estava só rondando as pessoas na universidade, ele estava em todos os lugares, no comércio de seu próprio bairro. Para conversar com um rapaz que trabalhava em uma galeria ali perto, K. vai se recordar da situação que viveu quando foi à universidade:

O jovem se surpreende, logo se recobra, pega K. pelo braço, e o conduz à rua devagar; diz que a loja é barulhenta, não dá para conversar. Na rua diz para K. caminhar enquanto fala: ele está ouvindo. Teme os empregados da loja, avalia K. Lembrou-se das amigas da filha empurrando-o para o jardim. Percorrem a José Paulino até o fim, e voltam pela calçada oposta, K. falando o informante escutando. [...] (KUCINSKI, 2014, p. 34)

O ambiente novamente parece hostil, todos os espaços parecem estar tomados pelo fantasma da repressão que os cerca: a universidade, as lojas, as ruas, etc.

Depois de muitos deslocamentos, boatos falsos e armadilhas, o personagem começa a entender a angústia em que se encontra: sem nenhuma informação confiável, não sabe ao certo se perambula pelos lugares à procura de informações sobre o paradeiro de Ana ou sobre o sumiço de seu corpo. A dúvida e a incerteza sobre sua morte fazem com que a busca nunca tenha fim e o personagem central passa a enxergar o Brasil de forma diferente.

O livro, como já foi dito, é o relato de um viajante, K., protagonista que dá unidade à narrativa, resistente judeu polonês, que veio para o Brasil fugido durante a Segunda Guerra Mundial.

K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca. Por isso, emigrou às pressas, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. Foi solto na condição de emigrar, além da propina coletada pelos amigos de militância. (KUCINSKI, 2014, p. 37)

No passado, era muito comum que viajantes viessem às Américas por conta da imagem construída de paraíso e de exotismo. A paisagem exótica e tropical, o bom clima e a natureza atraíam muitos estrangeiros, principalmente entre o final do século XVIII e meados do XIX, que relatavam suas experiências no Brasil através de diversos livros. Sobre este assunto, Rouanet nos mostra que a representação da realidade americana constituiu-se pela própria negação dessa realidade; pois, de acordo com a autora, “A América dos viajantes não existe pelo que ela *é*, mas sim pelo que *não é*. Em outras palavras: *ela não é Europa.*” (ROUANET, 1991, p. 70). Ao falar isso, Rouanet nos mostra que qualquer relato de costumes de um povo é, obrigatoriamente, uma comparação. O que pretende-se explicitar a seguir não configura a análise de um relato de costumes feito por viajantes estrangeiros como os que existiram entre o final do século XVIII e meados do XIX, o que vai ser abordado pela ficção de B. Kucinski não é mais o Brasil e sua representação pitoresca daquela época, mas a construção do espaço brasileiro repressivo em comparação ao ambiente violento da Europa durante o holocausto.

K. não veio ao Brasil pelo paraíso nem pela imagem exótica construída pelos europeus dos séculos anteriores. Apesar disso, uma semelhança pode ser traçada em relação a esses viajantes: a representação da realidade do Brasil constituiu-se pela negação dessa realidade. Retomando com as devidas ressalvas as reflexões de Rouanet, a América, para K., não se apresentava atrativa pelo que ela era, mas pelo que não era: não era a Europa que travava uma guerra em perseguição aos judeus. A América, para um judeu exilado, era um lugar de paz, de liberdade, de esperança, de uma nova vida.

Porém, a terra que antes funcionou como refúgio para o personagem e sua esposa, no momento da narrativa, se transforma em um “sorvedouro de pessoas” (KUCINSKI, 2014, p. 13) que desaparece com sua própria filha. As lembranças de seu passado na Polônia estavam cravadas em seu imaginário e ele passa a interpretar o ambiente repressivo da ditadura militar no Brasil com os olhos de europeu.

Falando sobre os possíveis sentidos do verso “O Brasil não é longe daqui”, oriundo de uma propaganda imigratória, Sússekind (1990) nos leva a pensar que uma das possibilidades de interpretação da frase tomaria o país de forma real, revestida com inesperado humor negro. Além do convite à migração que o verso expressa, ele também pode assumir contornos inquietantes, tornando-se um amargo paradoxo, se pensarmos na situação em que uma pessoa já está no país em questão e não reconhece nele a paisagem anunciada. A imagem original e paradisíaca da nação que se procura construir nos anos posteriores à Independência se transformaria em um doloroso aprendizado de que o paraíso deveria estar bem longe daqui. É exatamente essa visão desencantada do Brasil que pode ser observada na trajetória de K. depois que toma conhecimento do desaparecimento da filha pelos porões da ditadura militar: “A distância entre o Brasil como era e a utopia imaginada parece agora impossível de ultrapassar. Assim como o convite para uma visão do paraíso converte-se em pouco tempo numa temporada no inferno.” (SÜSSEKIND, 1990, p. 23).

O relato que narra a busca do estrangeiro pela filha apresenta o Brasil, mais especificamente a cidade de São Paulo, na época do regime ditatorial através de certa distância, de certo deslocamento. K. gostava muito do Brasil quando veio com sua esposa e já se acostumara a conviver com os hábitos do lugar estrangeiro até o momento do trauma, quando ele se deu conta do desaparecimento da filha. Há uma transformação na percepção e ele passa a estranhar muitos costumes brasileiros que já havia naturalizado. Em sua condição de exilado, o personagem é capaz de realizar uma leitura desautomatizada dos lugares. Tendo em vista que os brasileiros transformaram o período num “mal de Alzheimer nacional”, o estrangeiro que sentiu na pele o sofrimento de ser judeu na Europa durante um regime totalitário verá com outros olhos os meandros do sistema repressivo, vai-nos “ensinar a ver” (SÜSSEKIND, 1990, p. 39).

O que o livro de Kucinski aborda de forma instigante não se limita ao drama de uma família destrocada pelo regime militar, mas vai além. O livro aponta

para uma visão crítica de um estrangeiro que viveu a tragédia do Holocausto e vai ler o Brasil e a ditadura com um outro olhar, com distanciamento capaz de desestabilizar uma visão habitual e automatizada do país. Por isso, essa nova mirada para um período histórico tão doloroso do país, marcado pelo silêncio instituído e pela disseminação de uma memória difusa e ambígua, vai levantar certas questões sobre o tema que continua a se impor.

Um dos primeiros momentos de esperança do livro é quando um general vai receber K. no Clube Militar a pedido de um dirigente da comunidade judaica. Porém, essa esperança não dura muito, pois K. associa a experiência a um episódio passado de sua vida. Ele lembra-se de quando buscava pistas da irmã desaparecida durante a Segunda Guerra Mundial. A semelhança entre passado e presente, a associação de lembranças anuncia o presságio de que situação semelhante com o que já havia vivido estava prestes a acontecer novamente.

A imagem repentina de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com algum amante. Ainda pensava em Guita quando chegou ao general, que o recebeu de maus modos. Mandou-o sentar com rispidez. Reclamou que ele estava espalhando na comunidade judaica acusações pesadas e sem fundamento contra os militares. E se sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso? (KUCISNKI, 2014, p. 37)

Como aconteceu com o caso da irmã no passado, o general brasileiro também vai tentar convencê-lo de que os militares nunca prenderam sua filha e ela pode ter fugido para outro país com algum amante.

Mais adiante na narrativa, o narrador novamente coloca a experiência passada de K. na Polônia em comparação ao que estava vivendo no Brasil ditatorial e evidencia uma diferença no que tange à falta de informações úteis sobre as pessoas desaparecidas: “[...] na Polônia, embora a repressão fosse dura, quando prendiam, registravam, avisavam à família. Depois tinha julgamento. Havia acusação e defesa, visitas à prisão. Lá não sumiam com os presos.” (KUCINSKI, 2014, p. 145). O silêncio que dominou a época perdura até os dias de hoje, pois, distante da ficção,

sabe-se que mesmo depois de o Brasil voltar a ser governado por um civil, os militares ainda se recusam a fornecer informações relevantes sobre os arquivos que contam um pedaço que falta da história do país. Apesar de todo o esforço de alguns órgãos públicos, da imprensa, de historiadores, e dos familiares das vítimas, apenas documentos, na sua maioria, irrelevantes foram disponibilizados pelas Forças Armadas.

Outro momento de diferença importante é quando o personagem vai a uma reunião de familiares de desaparecidos políticos e se depara com inúmeros relatos de pessoas que desapareciam sem deixar vestígios. Na passagem, é como se K. achasse que a repressão brasileira fosse mais cruel e covarde do que o que aconteceu no nazismo por conta do sumiço dos registros e do silêncio mantido pelos militares.

K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas que reduziavam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias de invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os goim de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (KUCINSKI, 2014, p. 23).

Apesar do horror disseminado durante o nazismo, K. observa que a prática de registrar os judeus mortos, diferentemente do sumiço dos corpos na ditadura brasileira, provava que cada número de judeu que aparecia no livro tinha realmente existido antes de ser executado em determinado dia e determinado lugar. O sumidouro de pessoas coloca em questão as execuções: se não há registro de que os desaparecidos foram executados, aos familiares que buscam informações restam a incerteza e a sensação de que de repente aquelas vidas nunca tivessem existido.

Algo similar é relatado quando K. tenta pôr uma lápide para a filha. Tendo completado um ano do desaparecimento de Ana, K. tenta convencer um rabino a colocar uma “matzeivá” (lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento) ao lado da sepultura de sua ex-mulher. O rabino não concorda, já que

não se coloca lápide sem corpo. Antes desse episódio, o narrador comenta que o secretário da Sociedade do Cemitério já o havia alertado sobre isso. Para tentar argumentar, K. retoma novamente a comparação com o Holocausto.

[...] Ele retrucara ao Avrum, o secretário da Sociedade, que na entrada do cemitério do Butantã há uma grande lápide em memória dos mortos do holocausto, e debaixo dela não há nenhum corpo. Avrum o admoestara por comparar o que aconteceu com sua filha ao Holocausto, nada se compara ao Holocausto, disse; chegou a se levantar, tão aborrecido ficou. O Holocausto é um mal único, o mal absoluto. Com isso K. concordou, mas retrucou que para ele a tragédia da filha era continuação do Holocausto. [...] (KUCINSKI, 2014, p. 79)

K. chega a sair do Brasil desesperado por alguma pista do desaparecimento da filha, e vai a Nova York em busca de notícias. Em uma lanchonete, o personagem repara na quantidade de imigrantes que a frequenta: “A América dos imigrantes europeus está nessa lanchonete” (KUCINSKI, 2014, p. 55). Aproveitando-se do momento distanciado do Brasil, arrepende-se por não ter fugido para a América do Norte: “E imaginar que ele poderia ter sido um desses imigrantes, mas foi dar no Brasil. Quem sabe, se tivesse vindo para a América do Norte, como o primo Simon, em vez da América do Sul, a tragédia não teria acontecido.” (KUCINSKI, 2014, p. 55).

Na entrada do edifício do American Jewish Committee, o personagem se depara com uma placa em homenagem às polacas, e compara o Brasil, as atitudes dos brasileiros, aos Estados Unidos. O personagem se sensibiliza com o gesto, sente que a placa é a expressão da dívida com quem foi injustiçado, e se amargura pelos judeus do seu bairro em São Paulo não cumprirem também com seu dever de memória.

À entrada detém-se impressionado perante a placa de bronze em memória das moças judias de famílias muito pobres embarcadas para a América com promessas de casamento e forçadas à prostituição, as polacas, como se diz no Brasil. Logo pensa: os judeus do Bom Retiro não tiveram a decência de colocar uma placa dessas. (KUCINSKI, 2014, p. 56)

Para K., os judeus dos Estados Unidos cumpriram a tarefa de homenagear

as polacas que muito sofreram naquela terra. Por outro lado, o personagem reconhece que os judeus de seu bairro não foram capazes de fazer justiça, pela lembrança, de sua filha.

O capítulo “As ruas e os nomes” é fundamental para entender o estranhamento do estrangeiro K. em relação ao espaço tomado pela repressão e às atitudes dos brasileiros. Nesse capítulo, há a menção a uma homenagem aos desaparecidos políticos em nomes de ruas em um loteamento chamado, coincidentemente, de “Vila Redentora”. Atribuir o nome da filha desaparecida e do genro a ruas é uma espécie de dever de memória. Depois do que já ocorreu e que parece não ter mais volta, resta homenageá-los na tentativa de fazer justiça pela lembrança, de pagar a dívida de um sistema cruel que sumiu com pessoas.

[...] A homenagem aos desaparecidos políticos em placas de rua tinha a função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos. Foi uma fala bonita, pensou K., discurso e placas procurando atribuir ao desperdício de tantas vidas um significado posterior. (KUCINSKI, 2014, p. 161)

Porém, no caminho de volta para casa, o personagem começou a prestar atenção aos nomes das placas. Deparou-se com uma rua chamada Fernão Dias, que foi um famoso caçador de índios e escravos fugidos. Depois, viu uma avenida chamada Milton Tavares de Souza, criador do DOI-COI. Em seguida, estava na ponte Rio-Niterói, cujo nome é Costa e Silva, em homenagem ao general que baixou o AI-5. No momento em que K. está observando e refletindo sobre os nomes das ruas, o narrador diz que, quando o personagem chegou ao Brasil, procurava saber de tudo, mas que tinha se acomodado, acabou naturalizando a paisagem e os hábitos depois de um tempo vivendo no país. O episódio do desaparecimento da filha faz com que ele volte a estranhar o lugar e seus costumes.

Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade. Ele tanto escrevera sobre o modo de viver dos brasileiros, mas nisso não havia reparado. (KUCINSKI, 2014, ps. 163-164)

[...] Centenas de pessoas passam por aqui todos os dias, jovens, crianças, e leem esse nome na placa, e podem pensar que é um herói. Devem

pensar isso. Agora ele entendia por que as placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim de mundo. (KUCINSKI, 2014, p. 165)

A tentativa de fazer justiça pela lembrança dos desaparecidos pelo regime militar marcados em placas de rua perde sua força ao pensarmos que torturadores e bandidos são homenageados também pelos brasileiros em nomes de lugares.

O final da trajetória ficcional de K. pelos lugares vai ser o quartel. K. vai até lá visitar presos políticos para contar sobre a saga em busca da filha desaparecida e tentar descobrir de algum deles o que aconteceu com ela. Ele conhecia aquele lugar há mais de cinquenta anos, época em que chegou ao Brasil. Encantou-se com o lugar, vendia seus tecidos, adorava ouvir histórias da freguesia. No momento da narrativa, K. não precisava mais ir próximo ao quartel vender seus produtos, os fregueses iam à loja. “Comparavam o K. de antes do sumiço da filha com o K. de depois e se condoíam. Antes, K. queria ouvir suas histórias. Agora eram eles que tinham que ouvir seu lamento.” (KUCINSKI, 2014, p. 171)

A cada passo que dava na prisão, rememorava-se de seus tempos na Polônia, reparava nas semelhanças entre as situações, sentia o sotaque dos primeiros dias no Brasil. Ao leitor não é exposta a narração de K. aos presos, tendo em vista que, no decorrer do livro, este já sabe sobre a saga:

Os presos ouviam em silêncio, de olhos fixos no rosto afogueado de K., como que hipnotizados pelas órbitas intumescidas de seus olhos vermelhos e úmidos. Muitos nunca mais esqueceriam aquele momento. O sofrimento do velho os impressionava. (...) Alguns conheceram sua filha e o marido, eram da mesma organização clandestina; todos conheciam a história, inclusive quem os havia delatado. Sabiam que já estava morta há muito tempo. (KUCINSKI, 2014, p. 174)

O último lugar por onde K. percorre e seu relato é, portanto, de suma importância para fechar esse conjunto de relatos. Em meio a soluços, o personagem cai e fecha seus olhos. O romance lida, portanto, com dois finais: o de Ana e o de K. O de Ana é ponto central do enredo. Toda a construção literária dos pseudo-relatos se dá por conta do desaparecimento da personagem-fantasma seguido da aceitação da ideia de sua morte. O de K. representa o fim da busca, o que resta ao

leitor é satisfazer-se agora apenas com o que foi contado, com a experiência que se pode retirar dos acontecimentos. O cerrar os olhos de K. concede autoridade final ao seu relato de judeu que encontrou no Brasil uma esperança de uma vida nova e, ao mesmo tempo, um sorvedouro que desapareceu com sua filha nas teias de um sistema repressivo cruel.

4. Considerações finais

O livro *K. Relato de uma busca* apresenta características únicas, sendo referência ao abordar o período da ditadura no Brasil. Nele, trabalha-se e desenvolve-se uma gama de fatores muito ricos para a literatura brasileira que trata do período ditatorial, porque explora o aniquilamento, causado pelo regime militar, da subjetividade dos desaparecidos e de seus familiares que empregam buscas em vão, através da adoção de estratégias marcadas pela fragmentação da narrativa, pela construção de uma história dos vencidos e pela transformação de um olhar alienado em um olhar consciente dos desvios éticos e políticos do país.

Os capítulos de *K. – Relato de uma busca* que apresentam um pedaço da história, da cultura e da vida política brasileira ajudam a formar o *puzzle* de irremediáveis buscas. Quando associados, não dão conta de apresentar a totalidade do horror vivido na época, mas contribuem para que o leitor possa, nos dias atuais, perceber o caos e as marcas de um período tão doloroso no Brasil, que não se pode admitir ser esquecido.

Procuramos, no presente artigo, analisar esta obra pensando em alguns espaços da estrutura repressiva no Brasil no percurso de um estrangeiro que vai procurar a filha desaparecida nos meandros da ditadura.

Para isso, partimos do estudo dos diálogos que o livro em questão trava com o universo kafkiano de *O processo*. A semelhança não se restringe apenas ao nome dos personagens principais: narradores iniciando as histórias de forma solta,

que não compreendem o aparato estatal, personagens que tentam encontrar razões em buscas sem pistas e sem resultados, o cumprimento de ordens insensatas dos subordinados e a violência do sistema. O olhar que o livro de Kucinski apresenta sobre o espaço repressivo do Brasil ditatorial é permeado pelo tom kafkiano que trabalha nos limites do irreal e joga seu personagem num universo burocrático que o consome até o fim.

Além disso, tratamos também de observar os não-lugares percorridos pela desaparecida para fugir do aparato repressor e para onde foi levada para ser morta. E analisamos a transformação de espaços comuns por onde os personagens passavam diariamente em ambientes hostis, onde o fantasma da ditadura assombra o tempo todo silenciosamente, instaurando o medo e o terror. A busca central do livro, portanto, perpassa espaços repressivos que atuam diretamente sobre os personagens da narrativa. Por fim, aos poucos, vai acontecendo a tomada de consciência do personagem em relação ao país ditatorial que o rodeava. Alguns hábitos naturalizados devido aos seus anos de exílio no Brasil vão sendo deixados de lado e K. passa a olhar para o país de uma forma mais crítica, estranhando-o, retomando o seu olhar de estrangeiro. Este novo olhar, ex-cêntrico, contribui para que o leitor também possa estranhar, possa deslocar a versão política, ideológica e ética que possui sobre a ditadura militar brasileira, abrindo-se para um universo plural e dialógico que possibilita o diálogo com os porões do regime.

Sabe-se que o registro da repressão militar é ambíguo e lacunar, marcado pelo desinteresse do Estado e de parte da população. Por isso, o livro trabalha em prol da exumação desta tragédia. Há a revisão desse trauma histórico na proposta de uma nova narrativa sobre ele a fim de que a sociedade possa repensar a memória (ou a ausência dela). O apagamento proposital dos arquivos da ditadura não permitiu que os brasileiros expurgassem o que foi traumaticamente vivido, motivo pelo qual o esquecimento dessa época não se dá de maneira natural já que não há a assimilação dos acontecimentos. Como em *1984* (1998), de George Orwell, parece haver um “Ministério da Verdade”, responsável por falsificar a história, criando uma

única versão oficial dos fatos. Então, o livro se presta ao trabalho de falar da memória dessa época e de seu conseqüente apagamento através das falhas, das lacunas, dos vazios.

A literatura focalizada no presente artigo é a escrita de um trauma que permanece atual. A importância das palavras de Kucinski vai muito além da narração da busca por um familiar querido que desapareceu nos meandros do sistema ditatorial. O relato que se tem em mãos expõe ao olhar do leitor contemporâneo as mais diversas buscas de quem entende que ainda hoje é preciso resistir contra o controle da memória e a impunidade de crimes terríveis.

Referências

ALMEIDA, Jorge de. Hermetismo & Alienação. **Magma**, São Paulo, n. 1, p. 41-50, dec. 1994.

ANDERS, Günther. **Kafka, pró e contra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não-lugares. In: _____. **Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade**. Lisboa: Editora 90°, 2009.

BOSI, Alfredo. Memória e memorial: Frei Betto e Batismo de sangue. In: _____. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2015.

CARONE, Modesto. Um dos maiores romances do século. In: KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras: 2005.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras: 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **K.**: Relato de uma busca. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido:** a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos:** ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui:** o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.